

"O presidente FHC tolera a corrupção para manter a aliança governista."

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, sobre os casos de corrupção na Sudam e no DNER, em entrevista a jornalistas estrangeiros, ontem, no Rio de Janeiro

Crianças, os nossos párias



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

Conforme discutiram recentemente os colunistas do **Valor**, ou os economistas sem cérebro (repare o que a foto acima corta): o Brasil não gasta pouco na área social, mas gasta muito mal. Essa baixa qualidade tem sido tradicionalmente associada à falta de focalização dos gastos nos segmentos pobres.

Discutimos aqui outro problema de qualidade dos gastos sociais brasileiros, qual seja, a baixa persistência dos seus efeitos. Quer dizer: a política social brasileira exerce efeitos fugazes sobre as condições de vida da população. O esforço fiscal/social hoje empreendido, deixará poucas marcas na nossa sociedade a longo prazo.

A política previdenciária que consome a maior parte do orçamento social é compensatória por natureza, no sentido

de financiar mais consumo que investimento. Essa política contrasta com a política educacional de caráter estrutural. A vantagem da política compensatória é a alta velocidade; em contrapartida, sua desvantagem é a baixa persistência de seus efeitos. A persistência de um dado programa social, seja compensatório ou estrutural, está ligada à própria composição etária do seu público-alvo.

A avaliação da incidência etária dos gastos sociais deve obviamente levar em conta o processo de repartição das diversas rendas no bojo das famílias. Por exemplo, a renda do aposentado pode beneficiar outros membros de sua família como as crianças — belamente ilustrado no filme "Eu, Tu, Eles" — assim como a bolsa-escola pode percorrer o caminho inverso. Nesse sentido, conceito adequado para auferir o bem-estar seria baseado em dados em nível da família, como a indigência.

A maior taxa de indigência por faixa etária se encontra no grupo até 5 anos de idade: 38,8% contra 24,8% do conjunto da sociedade. Cerca de 45% dos indigentes brasileiros tem menos de 15

anos de idade. A menor taxa de indigência está no grupo acima de 70 anos: 8,1%. A análise de outros dados consolida a imagem das crianças como o grupo prioritariamente desfavorecido de nossa sociedade.

O desnível no que se refere à cobertura de serviços públicos entre as estatísticas das crianças e todas as faixas etárias

A utópica introdução do voto das crianças, representado pelas suas respectivas mães, produziria resultados sociais mais duradouros

da sociedade corresponde a 55% contra 64% em água encanada, 78% contra 84% em esgoto e 66% contra 73% em coleta de lixo.

As injustiças sociais contra as crianças preocupam pelas suas seqüelas de longo prazo. Afinal, essas mesmas crianças vão estar, em algum momento, no comando de nosso país. Programas voltados a esse público, tais como: merenda escolar,

Perfil etário da indigência

Linha de pobreza no Brasil

Idade	População		Contribuição para a indigência*
	nº de pessoas	%	
Total	158.232.252	24,8	100
0 a 5 anos	15.125.555	38,8	15,0
5 a 10 anos	15.893.875	37,8	15,3
10 a 15 anos	17.133.431	33,3	14,5
15 a 20 anos	16.445.293	24,4	10,2
20 a 25 anos	13.376.564	19,8	6,7
25 a 30 anos	12.170.942	21,0	6,5
30 a 35 anos	12.076.763	21,8	6,7
35 a 40 anos	11.080.956	20,6	5,8
40 a 45 anos	9.666.370	18,9	4,7
45 a 50 anos	8.015.962	17,7	3,6
50 a 55 anos	6.205.644	17,2	2,7
55 a 60 anos	5.179.392	16,0	2,1
60 a 65 anos	4.218.407	11,8	1,3
65 a 70 anos	3.473.931	9,5	0,8
+ de 70anos	5.259.446	8,1	1,1
Ignorada	2.909.721	40,1	3,0

Fonte: Microdados da Pnad - IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.
Obs: Linha de Indigência: R\$ 61 per capita. *Em %

bolsa-escola, vacinação, e — por que não? — a difusão de práticas anticoncepcionais, deveriam aparecer no topo das

prioridades nacionais.

A trajetória do acesso a políticas e serviços públicos, desde 1980, esteve condicionada pela abertura política do país. A redemocratização teria incentivado a classe dirigente a zelar mais pelos serviços prestados à sua clientela política. Como exemplo, a universalização da Previdência Rural constitui inegável avanço no campo social.

O problema, no caso das crianças, é que elas estão excluídas do mercado eleitoral. Nesse sentido, uma solução para aumentar o poder de barganha dos interesses infantis na definição das prioridades políticas nacionais seria a introdução do voto das crianças — representado pelas suas respectivas mães. Essa seria, na classe das soluções utópicas para a miséria brasileira, aquela que produziria os efeitos sociais de ordem mais duradoura.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br